

O PLANEJAMENTO DA CIDADE MODELO E OS TERRITÓRIOS DA VIDA  
REJEITADA: DISTRIBUIÇÃO E ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA E RENDA EM  
CURITIBA

The “model city” planning and the rejected life territories: richness and income  
distribution in Curitiba

Autores:

Bruno César Deschamps Meirinho, bacharel em direito pela UFPR, consultor  
em planejamento urbano, profissional da Ambiens Sociedade Cooperativa, e-mail:  
[brunomeirinho@gmail.com](mailto:brunomeirinho@gmail.com)

Júlia Ávila Franzoni, bacharel em direito pela UFPR, consultora em  
planejamento urbano, e-mail: [julisko@gmail.com](mailto:julisko@gmail.com)

Resumo: A partir do estudo da formação urbana no modo de produção capitalista, o artigo procura abordar criticamente o planejamento da cidade de Curitiba, desvendando algumas dimensões do mito da cidade modelo e reunindo elementos para demonstrar que este modelo de urbanismo, que para muitos “deu certo”, na verdade está organicamente e ideologicamente vinculado à produção de escassez e à acumulação e concentração da riqueza, que se refletem na geografia da cidade. O mito da cidade modelo, como é definido por autores como Dennison de Oliveira, na verdade é a expressão do planejamento urbano que cumpriu seu papel: otimizou os processos de produção e reprodução do capitalismo, realizando-se como uma cidade modelo em exclusão social.

Palavras-chave: Planejamento urbano, Curitiba, cidade modelo, urbanismo, escassez, concentração, modo de produção capitalista.

Abstract: Beginning from the study of urban formation at the capitalist mode of production, the article shows a critical approach at Curitiba's city planning, revealing some dimensions of the myth of model city and gathering elements to demonstrate that this model of urbanism, which for many people “worked well”, in fact is organically and ideologically linked to the production of shortage and to accumulation and concentration of richness, reflecting at the geography of the city. The myth of model city, how it is defined by authors like Dennison de Oliveira, in fact is the expression of the urban planning that achieved its goals: optimized the process of production and reproduction of capitalism, realising itself as a model city in social exclusion.

Keywords: Urban planning, Curitiba, model city, urbanism, shortage, concentration, capitalist mode of production.

## Introdução

A dinâmica do modo de produção predominante em nossa sociedade manifesta-se no cotidiano em suas diversas dimensões. As relações intersubjetivas, os conflitos, a percepção do tempo e a organização do espaço, entre outros sentidos do dia-a-dia, se desenvolvem com certo grau de compatibilidade com uma estrutura histórica de produção e reprodução da vida, ou o “modo de produção” (Ellen Wood, 2003. p. 101)

É visível que o cotidiano se diversifica, ao ponto de se afirmar que “a vida” em determinado local é muito diferente daquela percebida em outro. Isso se dá de tal modo que é possível dizer: “gosto de morar em São Paulo, mas não suporto Vitória”, ou então: “Não quero mais voltar ao Rio de Janeiro, me sinto muito bem aqui em Porto Alegre”.

Assim, o mínimo que se pode afirmar é que existem diferenças evidentes entre dois cotidianos distintos, que neste caso não se limitam à localização espacial, mas também se agregam características culturais, a condição social e econômica, o clima, etc. Porém, os diversos cotidianos, sob um mesmo modo de produção, guardam a característica comum de serem compatíveis e relativamente harmônicos com o modo de produção. Ou seja, por mais diferentes que possam ser duas cidades, se vivemos no capitalismo, seguramente elas guardarão este elemento em comum.

A cidade é socialmente produzida e fruto do desenvolvimento e da organização das forças produtivas em determinado momento histórico. Para a reflexão sobre a cidade, o olhar deve, portanto, ser deslocado para o *modo* de se produzir e reproduzir essa organização social materializada.

Sobre esta realidade diversos discursos são construídos, configurando-se em geral como ideologias que distorcem a realidade, ao ponto de se criarem o que chamamos de “mito”. Há um mito muito difundido de que os problemas de nossas cidades resultam da existência de mais ou menos planejamento, ou de mais ou menos “caos” urbano, deixando encobertos os verdadeiros problemas da formação de nossas cidades.

## **A cidade e o modo de produção**

Como explica Harvey, a relação do modo de produção capitalista com a cidade é regida pelo modelo de integração do mercado de troca (HARVEY, 1980, p. 44). Sobre esse sistema de circulação de riquezas deve ser feita uma reflexão que envolva tanto os instrumentos gerenciadores da distribuição como a maneira que os sujeitos atuam nesse processo, desde a produção.

A importância desses enfoques se dá quando se credita ao próprio mercado de troca a responsabilidade por oportunizar exclusões e não-inclusões, determinando acesso diferencial a oportunidades de vida dentro do mesmo espaço. A partir disso, é preciso questionar como se dão as relações dentro desse mercado, com base em qual racionalidade preponderante e quais são os sujeitos relegados ao espaço da exterioridade, onde a vida negada (vive e) reproduz suas condições materiais de existência.

A partir dessa concepção do processo de circulação determinante das trocas percebe-se que a integração através dos mercados de preço fixo é característica do modo de produção capitalista; ela encoraja a divisão do trabalho e a especialização geográfica da produção e, através da competição, estimula o impulso para adoção de novas tecnologias e a organização de um espaço econômico razoavelmente eficiente (HARVEY, 1980, p. 181).

Dessa maneira, o modo de integração tende sempre estimular a reprodução ampliada. Todavia, há que se levar em conta que o mercado de troca repousa na produção de escassez, elemento que permite o funcionamento do sistema de preço fixo. A escassez é constantemente produzida a fim de criar a grande relevância do valor de troca. Assim, o mercado de troca depende da constante criação da escassez.

Dada essa importância da produção da escassez, como instrumento mantenedor de um padrão de circulação produtor de riqueza concentrada, diversas instituições sociais são destinadas a reproduzir as condições de escassez às quais os mercados de preço fixo estão ligados (HARVEY, 1980, 181).

Como resultado, a estratificação, como forma social e o mercado de troca, como modo de integração econômica, estão relacionados de modo bastante

específico, porque o acesso diferencial aos recursos essenciais para garantir a vida permite a organização social da escassez na própria base econômica (HARVEY, 1980, 181).

Isso quer dizer que ao experimentarem de forma distinta os acessos aos recursos mantenedores das necessidades humanas fundamentais, os indivíduos estimulam a reprodução da escassez, na medida em que tornam “verdadeiras” as ausências forjadas pelo mercado de troca. Mesmo sendo a escassez produzida e forjada pelo sistema de circulação do modo de integração econômica do mercado de troca, quando ela é vivenciada pelo indivíduo, sob a forma de privação de algo essencial à produção e a reprodução de sua vida material, ela se torna real e concreta, e dessa forma, passível de utilização articuladora do próprio sistema.

O mercado de troca produz, ainda, uma dependência material do indivíduo, que transforma o valor, mais do que o uso, num fim em si mesmo. Nesse mercado, o valor torna-se função do domínio sobre recursos obtidos através de atos de troca. O que interessa, portanto, é o quanto vale e o quanto posso ganhar e acrescentar de ganho numa próxima venda, e não o porquê de trocar, o como trocar e quando.

O mercado de troca requer instituições políticas e jurídicas específicas capazes de garantir o sucesso desse modo de integração econômica. Conforme pontua Harvey: visto que as sociedades estratificadas que operam através do mercado de troca são dinâmicas e expansionistas, devemos esperar que contradições surjam, o que suscita ajustamentos internos ou novas formas de expansão (HARVEY, 1980, 184).

Nesse sentido, só seria possível valorar uma dada realidade geográfica através da maneira como se dá a realização do modo de produção *na* e *pela* formação social (SANTOS, 2005, p. 31) e compreender que atrelada às particularidades do seu processo histórico está a descontinuidade a ele inerente, e a continuidade do modo de produção. Na forma como conclui Milton Santos:

a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, e também das formações econômicas sociais permanentes (SANTOS, 2005, p. 32).

Essa perspectiva se torna ainda mais relevante se for levado em conta o caso dos países subdesenvolvidos, na medida em que o enfoque espaço-temporal seria o que melhor permitiria apreender a heterogeneidade estruturante desses países e compreender a maneira como, em cada lugar, articularam-se variáveis ligadas a diferentes tempos históricos.

A redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço (SANTOS, 2005, p. 32). O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formas econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas.

Assim, o espaço reproduz-se a ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos (SANTOS, 2005, p. 33). E ao mesmo tempo é irradiador de influência na evolução de outras estruturas sociais, sendo, por isso, um elemento essencial da totalidade social e de seus movimentos.

A cada dinâmica social, pensada como movimento, possível pelo processo de divisão do trabalho, é estabelecida uma nova organização espacial, seja pela criação de novas formas para atender novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Dessa conjugação, percebe-se a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelas transformações sociais e a repartição no espaço dessas funções.

Nesse sentido, Milton Santos afirma que a cada momento da divisão do trabalho, a sociedade total se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas; a esse processo pode chamar-se de *geografização da sociedade* (SANTOS, 2005, p. 60).

## **O Planejamento Urbano e o Modo de Produção**

A formação da cidade, objeto de estudo do urbanismo, deve ser percebida como um dado da formação social por meio do qual o modo de produção se

manifesta e se reproduz. A relação entre o urbanismo e o modo de integração econômica reside na capacidade deste produzir e concentrar geograficamente o produto social excedente<sup>1</sup> sob o qual se constrói ou se forma a cidade (HARVEY, 1980, 185).

Esse excedente pode ser concebido como o resultado que se tem após se extrair daquilo que foi produzido o conteúdo das necessidades aptas a satisfazer os indivíduos da sociedade; o que sobra disso é o excedente.

Esse conceito de excedente relaciona-se diretamente com o de mais-valia. Numa economia capitalista, a mais-valia é uma quantidade medida em termos de valor de troca ou dinheiro, podendo ser igualada à extração de força de trabalho excedente (HARVEY, 1980, p. 192). Dessa associação de trabalho excedente com aquela força de trabalho gasta pelo trabalhador para agregar algo a mais faz surgir o conceito marxista de um excedente alienado e do trabalho alienado.<sup>2</sup>

O urbanismo acrítico, organizador da cidade capitalista, muito mais que se manifestar enquanto causa criadora desse produto social excedente, aparece como um artifício facilitador e justificador da dinâmica de sua produção, uma vez que possibilita agregar, em pontos específicos do espaço esse “algo a mais”. O que muitos chamam de “planejamento”, ou ordenamento da cidade contra o “caos”, não passa de organização da produção do excedente (e sua acumulação), tarefa que, como bem observa Harvey (1980, p. 235), demanda um esforço que os empresários não consideram lucrativo, muito embora dependam dele para sua manutenção, especialmente em momentos de crise.

Aliado a isso, a característica do modo de integração do mercado de troca, de sempre visar a perpetuação da produção da riqueza, incentiva a própria concentração espacial de uma sociedade, pois ela é, por si só, instrumento dimensionador dessa produção.

---

<sup>1</sup> Harvey entende excedente social como forma de representar uma dada quantidade de recursos materiais existentes acima dos requisitos de subsistência dessa sociedade. Eles podem ser igualados aos requisitos biológicos mínimos, mas como o próprio autor pondera, essa limitação é insatisfatória porque o nível de subsistência é invariavelmente cultural e não se baseia nos requisitos das espécies biológicas uniformes (pág. 186).

<sup>2</sup> Ver *O Capital*, vol. I, págs. 217, 235, 512. Importa destacar que conforme assevera Marx não foi o capital o inventor do trabalho excedente, ele existe em todos os modos de produção onde subjaz o antagonismo entre aqueles que detêm os meios de produção e os que deles dependem.

Dessa forma, a cidade, apresenta uma função no desenvolvimento do modo de integração do mercado de troca. Ela funciona como um lugar de disposição de produto excedente (HARVEY, 1980, p. 195). Por isso é que pode ser interpretada parcialmente como um campo destinado a produzir demanda efetiva, sendo um palco onde os atores tem sempre novas necessidades.

A cidade como formação econômica, social e espacial, ao materializar o conteúdo do modo de produção capitalista, acaba, também, por reproduzir exterioridades<sup>3</sup> afirmando, na negatividade, a exclusão de indivíduos. Pensar a cidade como formação econômica social e espacial, envolve tanto a reflexão do seu modo de produção, estabelecido, no interior do sistema capitalista, pelo modelo de integração do mercado de troca, como a problematização de quem são seus sujeitos atuantes.

### **Curitiba e o Planejamento da Cidade-Modelo**

A breve síntese da relação entre a cidade e o modo de produção, exposta nos tópicos anteriores, serve como sustentação da análise sobre o planejamento na cidade de Curitiba que será feita neste tópico. Para uma melhor compreensão dessa relação orgânica, recomendamos a leitura da bibliografia utilizada, que revela muito mais do que nós procuramos sintetizar.

A relação indissociável entre a formação da cidade e o modo de produção encontra no caso de Curitiba um exemplo especial. Uma cidade “planejada”, que apresenta a mesma coexistência de espaços marginais com áreas de riqueza e infra-estrutura urbana concentrada de qualquer outra cidade capitalista. Em Curitiba, o resultado do planejamento foi que a escassez necessária constantemente reproduzida pelos processos de acumulação desigual foram otimizados, potencializados.

Sobre Curitiba construiu-se um discurso que a adjetivou de “cidade-modelo”, em função de seu planejamento urbano relativamente bem sucedido. Como responsáveis por esse urbanismo, frequentemente são mencionados o IPPUC

---

<sup>3</sup> O conceito de exterioridades é aquele desenvolvido por Enrique Dussel no seu livro *Ética da Libertação*, pensado como mecanismo negador da própria vida humana, que desconhece através da sua razão homogeneizante de totalidade excludente, a alteridade do outro.

(Instituto de Planejamento Urbano, órgão da administração criado em 1965 e responsável por centralizar e praticar o planejamento permanente da cidade), o ex-prefeito e arquiteto Jaime Lerner e o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), documento que orientou o planejamento da cidade-modelo.

O PPU, elaborado em 1965 e transformado em lei no ano seguinte, foi resultado dos estudos da empresa Serete associada ao escritório do arquiteto brasileiro Jorge Wilhelm. Este plano se distingue por propor o ordenamento da cidade a partir de uma estrutura *linear*, em oposição à tendência *natural* de crescimento *radial* das cidades, ou seja, para todos os lados.

O crescimento linear resultaria da implantação de *eixos estruturais de desenvolvimento*, traçados no mapa da cidade (IMAGEM I). Os eixos estruturais partiam do centro e se dirigiam a 4 pontos; o norte (Santa Cândida), oeste (Campo Comprido), o sul (Pinheirinho) e o leste (até a BR-116), e caracterizavam-se, na sua dimensão viária, pela implantação de *trinários*, com duas vias rápidas (centro-bairro e bairro-centro) e uma via de circulação do transporte coletivo (com pistas exclusivas ladeadas por pistas lentas para carros, de acesso ao comércio vicinal).

Associada à implantação dessa estrutura viária, a proposta de zoneamento de usos e edificações nos eixos estabelecia parâmetros para um adensamento populacional, prevendo a construção de grandes prédios ao longo das vias, e também a implantação de um sistema de transporte coletivo integrado por terminais de transporte, com uma linha expressa circulando na via central do trinário.

Dennison de Oliveira, em seu livro “Curitiba e o mito da cidade modelo” afirma que o sucesso do urbanismo de Curitiba não se deve apenas ao mérito das soluções técnicas de urbanismo, contidas no plano. Na mesma época, outras capitais receberam planos de bom nível técnico, e mesmo assim não se tornaram “cidades-modelo”. Quando analisamos as propostas contidas no PPU, devemos identificar algo mais que soluções viárias e urbanísticas, ou sua dimensão técnica, pois outras dimensões muitas vezes não explícitas também são fundamentais para o sucesso de medidas de urbanismo. Por exemplo, Dennison sugere que condições políticas e econômicas específicas impulsionaram o urbanismo de Curitiba. (OLIVEIRA, 2000. p. 73 e ss.).

Explica-se: a pouca alternância política desde a ditadura militar em Curitiba é um dos elementos apontados por Dennison de Oliveira como a razão pela qual em Curitiba o Plano Diretor tornou-se realidade, enquanto em outras cidades não. Além deste elemento político, de legitimação, condições econômicas encontraram em Curitiba a situação ideal para sua realização.

A elaboração do plano resultou de uma exigência da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), no começo dos anos 60, quando Curitiba solicitou recursos para obras na cidade. A CODEPAR desejava saber se os recursos seriam aplicados de forma planejada.

Assim, o planejamento da cidade de Curitiba teve um vetor indutor relacionado à recepção de recursos estaduais. Não foi feito, portanto, com recursos do próprio município, especialmente a realização das grandes obras de infraestrutura. E não foi pouca infra-estrutura. A implantação de eixos viários com 3 grandes avenidas (2 vias rápidas e uma via com a canaleta do expresso), a construção de terminais de transporte, entre outras intervenções, como o contorno leste, sem dúvida trouxeram para a cidade um montante de recursos impressionante, que foram concentrados em uma área limitada.

Ao longo dos eixos, a infra-estrutura implantada produziu valorização da terra, e progressivamente a implantação de empreendimentos de alto padrão. Mesmo distantes do centro, os locais no entorno do eixo possuem um acesso rápido e prático à região central.

Assim, essa configuração estrutural de fato viabilizou a localização dos empreendimentos verticalizados ao longo das linhas viárias com mais infra-estrutura, os eixos, não ocorrendo com frequência em outros locais. Mas a terra e a moradia no entorno dos eixos tornou-se muito cara, e para a parcela da população que não possuía condições de adquirir sua moradia nestes locais só restou a possibilidade de morar fora da estrutura planejada da cidade, frequentemente em áreas irregulares.

O Plano Preliminar de Urbanismo foi seguido de uma impressionante expansão populacional da cidade, seguindo a tendência nacional de inversão populacional que ocorreu em meados da década de 60, quando a população brasileira deixou de ser predominantemente rural e passou a ter maioria urbana.

Curitiba que, na década de 60, tinha cerca de 300 mil habitantes, em pouco tempo triplicou a população, e hoje já passa de 1 milhão e 700 mil habitantes (IBGE, 2007), sem contar a população região metropolitana, com a qual chegamos facilmente a cifras em torno de 3 milhões de habitantes.

Esta população foi formada majoritariamente por migrantes que vieram para a capital em virtude do desemprego no campo, associado à atração produzida pelos empregos nas indústrias aqui instaladas. Porém, grande parte não conseguiu se inserir nesta economia industrializada, e formou relações sociais e econômicas que Milton Santos descreve como o “circuito inferior da economia”.

Essa população, tanto os empregados da indústria como aqueles que compõem o circuito inferior da economia, não teve condições de adquirir sua moradia mesmo fora dos eixos estruturais<sup>4</sup>, onde o preço da terra era mais baixo. Como resultado, surgiram as inúmeras ocupações irregulares, que hoje já superam a cifra de 300, reconhecidas oficialmente (IPPUC). Estas áreas são localizadas fora dos eixos estruturais, cujas terras são economicamente mais interessantes, e permanecem durante décadas desassistidas de condições mínimas de infraestrutura. (IMAGEM II).

Além disso, Curitiba possui um déficit habitacional de mais de 30 mil famílias (Fundação João Pinheiro), equivalente ao de outras cidades de mesmo porte. A questão que se coloca é: se o Plano de Urbanismo foi implantado, resultado do trabalho de técnicos de grande renome e foi resultado de uma legitimação e estabilidade política singulares, porque é que os problemas indesejados do espaço urbano persistem? O propósito do planejamento não seria justamente alcançar medidas de superação e contenção do crescimento irregular e caótico da cidade?

O mapa do IPPUC que representa a localização das ocupações irregulares em Curitiba mostra que a predominância da irregularidade está nas margens da cidade, e fora dos eixos planejados. Recente estudo do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento) produziu uma interessante cartografia da região

---

<sup>4</sup> Destaque-se que o próprio Jorge Wilhelm, poucos anos depois, reconheceu o problema da moradia como insuperável para as camadas de baixa renda. Disse ele, em conferência sobre urbanismo organizada pela Fundação Milton Campos, ligada à ARENA, em 1975: “A população de faixa de renda correspondente a um, dois e até três salários mínimos dificilmente poderá ter a propriedade de sua habitação através de um imóvel que lhe é oferecido”. Fundação Milton Campos. *O homem e a cidade*, Simpósio sobre Política Urbana, volume II, p. 63.

metropolitana de Curitiba, mapeando os indicadores socioeconômicos que nos revelaram a imagem de uma cidade segregada.

Em torno dos eixos, os indicadores socioeconômicos são positivos, com menos famílias no nível de pobreza, mas fora dos eixos, os indicadores apontam para grandes necessidades sociais. O fenômeno da segregação espacial alcança a distinção de cor da pele, que é perceptível nos dados do IPARDES. Em torno dos eixos, predomina a população de cor branca, enquanto a presença de negros e pardos é maior fora dos limites do planejamento (IMAGENS III e IV).

Talvez por isso a construção de Curitiba como cidade-modelo também esteja associada ao discurso sobre o caráter europeu da sua população. Dois grandes mitos que se encontram. A verdade é que a cidade não pôde se limitar aos eixos planejados, e fora deles encontrou os mesmos problemas urbanos das chamadas cidades não-planejadas<sup>5</sup>.

Outros dados da política pública, especialmente a habitacional, nos revelam que a segregação social, mais que um dado inevitável de qualquer cidade no modo de produção capitalista, planejada ou não, não foi em Curitiba um resultado totalmente não-intencional.

A interessante teoria justificadora do plano Serete, pautada em rupturas paradigmáticas com a cidade radial, nas inovações dos eixos trinários e em um transporte coletivo com soluções inteligentes e relativamente baratas, simplesmente esquece de um assunto central para o planejamento de qualquer cidade: o tema da habitação. Essa omissão da questão da moradia no discurso do planejamento da cidade-modelo pode ser o próprio dado da sua ideologia.<sup>6</sup>

As políticas habitacionais da cidade de Curitiba são descoladas do plano de urbanismo, como podemos ver no mapa elaborado pelo IPPUC representando a localização dos conjuntos habitacionais. Todos foram construídos em locais distantes dos eixos estruturais, onde o plano preliminar recomendava justamente o

---

<sup>5</sup> Sobre a presença de negros e pardos em Curitiba, ver artigo de SOUZA, Marcilene Lena G. Publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em 17 de maio de 2008, com o título *Curitiba que poucos querem ver*. Singularidades do racismo na “capital européia” e “mais preta” do sul do Brasil.

<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/cadernog/conteudo.phtml?tl=1&id=766845&tit=Curitiba-que-poucos-querem-ver>

<sup>6</sup> O planejamento da cidade-modelo “esquece” da moradia. A este respeito, ver ALBUQUERQUE, A. F. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da cidade-modelo*, dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo apresentada à FAU-USP em 2008.

adensamento. Bairros inteiros construídos pela Companhia Habitacional do município, como o Bairro Novo e o Tatuquara, se situam na porção sul da cidade e fora dos eixos estruturais (IMAGEM V).

Merece destaque o mais novo conjunto habitacional lançado pela Prefeitura em 23 de abril de 2009, chamado “moradias Aquarela”<sup>7</sup>, que fica em uma localização equidistante do eixos oeste e sul, no bairro Augusta, o que pressionará essa população a utilizar os lentos ônibus alimentadores que circulam nos bairros para levar aos terminais mais próximos, em não menos do que 30 minutos.

Esta política, por si, produz e consolida a segregação, é ativa na realização de uma cidade segregada, marcada pelas diferenças dos indicadores sociais em sua geografia. Assim, além da condição estrutural excludente da cidade, o planejamento de Curitiba pareceu implantar uma série de *ações integradas* de segregação social, otimizando a produção do excedente, concentrando-o, e produzindo exterioridades.

Como em qualquer outra cidade, Curitiba tem favelas, déficit habitacional, desigualdade e precariedade nos níveis mais extremos e indesejáveis. O planejamento da cidade-modelo foi bem sucedido em colocar estes problemas em porções delimitadas do território, planejando a área incluída e o “lado de fora”. Organizou as contradições, ao invés de resolvê-las.

Mais do que isso, o planejamento de Curitiba só pôde ser implantado por que produziu esta segregação. Como visto na descrição de seu processo de formação, o mito da cidade modelo foi resultado de uma impressionante concentração de recursos, investimentos de nível estadual, em uma porção delimitada da cidade, para a construção dos eixos. Não é possível concentrar a riqueza sem produzir a sua própria negação.

## **Conclusão**

A exclusão fática que a cidade de Curitiba apresenta - como resultado de seu desenho institucional - não é de uma minoria. Conceituá-la como tal é armar

---

<sup>7</sup> Reportagem do Jornal Gazeta do Povo, de 24 de abril de 2009, com o título: *Da beira do rio para a aquarela*. 43 famílias que vivem às margens do Rio Barigui desde os anos 80 serão reassentadas hoje. Link:

<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=870217&tit=Da-beira-do-rio-para-a-Aquarela>

ideologicamente o discurso a fim de perpetuar a lógica de manutenção dos espaços marginais como territórios de reserva.

Isso porque a marginalidade urbana e os espaços marginais não merecem este qualificativo por se localizarem nos limites ou nas margens do tecido urbano ou porque são espaços residuais ou reduzidos, mas porque, independente de seu tamanho e localização, são espaços, do ponto de vista urbano e social, não-regulares, nos quais as condições “naturais” de vida são “infranaturais”, ou estão aquém do que uma sociedade concreta pode considerar “normal” (ROBIRA, p. 2005, 17). Os espaços marginais constituem os territórios-reserva onde se produz a acumulação de escassez (ROBIRA, 2005, p. 17).

Social e economicamente, os espaços marginais também estão fora do sistema regular de produção, consumo e formação. Seus habitantes constituem a reserva de mão-de-obra metropolitana, portanto o subemprego e o desemprego são situações dominantes. Para subsistir neles, são desenvolvidas economias internas, obviamente irregulares, baseadas especialmente no comércio ilegal, tanto de bens legais que alimentam os circuitos nacionais e internacionais de capital fraudulento (...). A miséria é, de alguma maneira, um recurso básico que alimenta os circuitos dos capitais nacionais e internacionais relacionados com a produção da segurança, que abrange uma amplíssima variedade de setores econômicos (ROBIRA, 2005, P. 19).

Os territórios de reserva de Curitiba são fruto da relação estrutural que há entre o planejamento urbano da cidade e a lógica que pauta o modo de produção dominante do urbanismo. O planejamento urbano, da forma como ele foi construído, é o principal instrumento institucional de criação e manutenção dos territórios de reserva da cidade. E esses espaços marginais, ao perpetuarem as carências sociais e culturais, assim como as de emprego, garantem o processo de acumulação do capital. Este é responsável por manter exclusões e reinventar não-inclusões, por sustentar-se numa prática que continuamente nega a vida.

Sem pertença, política e social, não há humanidade. A exclusão resulta antes de tudo numa expulsão da própria condição humana. Fora da pertença nada de humano existe. Não há humanidade, sem comunidade. A experiência da exclusão não é transitória, nem resulta de uma suspensão momentânea ou sobressalto acidental. A exclusão é condição definitiva de um ser atirado para um lugar exterior à vida comum. Porque o eu se define na relação com os outros num espaço comum, a exclusão torna alguém estrangeiro de si mesmo. Os homens lixo são também o produto da uma arquitetura da exclusão. Onde não se entende o urbanismo como desenho

do espaço público, mas como sistema policial de controle, vigilância, repressão e marginalização (MOURA, 1996, p. 16).

Os espaços que foram colocados à margem da dinâmica de planejamento de Curitiba são o “outro” da lógica de produção e acumulação de riqueza. Eles atuam como elemento integrante do modo de produção, alimentando sua própria produção e reprodução, pois são “obrigados”, pela divisão social do trabalho, a permanecerem na precariedade. A escassez que representam garante os processos de acumulação desigual.

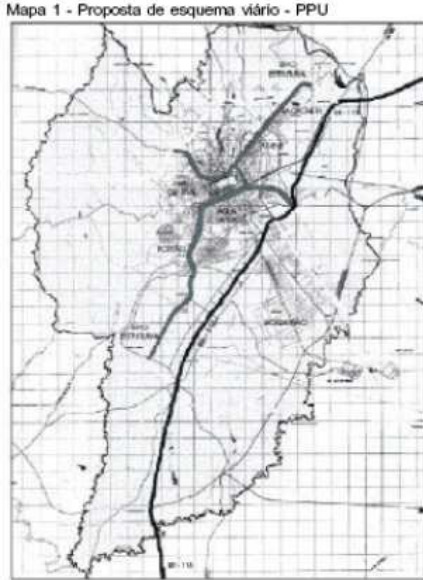
### **Bibliografia**

- FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS. *O homem e a cidade*: Simpósio sobre Política Urbana, volumes I e II. Brasília: Fundação Milton Campos, 1975.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IPARDES. *Indicadores Intrametropolitanos 2000*. Curitiba: 2005.
- MOURA, Leonel. *Os homens-lixo*. Lisboa: Fenda Edições. 1996
- OLIVEIRA, Dennison. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.
- ROBIRA, Rosa Tello. *Áreas metropolitanas, espaços colonizados*. In: **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. Ana Fani Alessandri Carlos, Carles Carreras (org.). São Paulo: Contexto, 2005.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

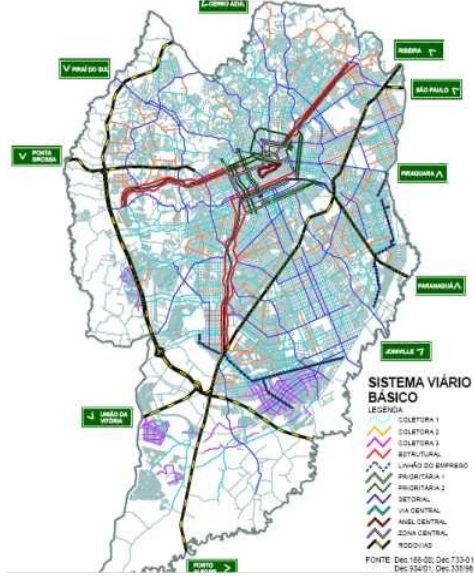
# ANEXO - IMAGENS

## IMAGEM I

MAPA DO PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO (1965)

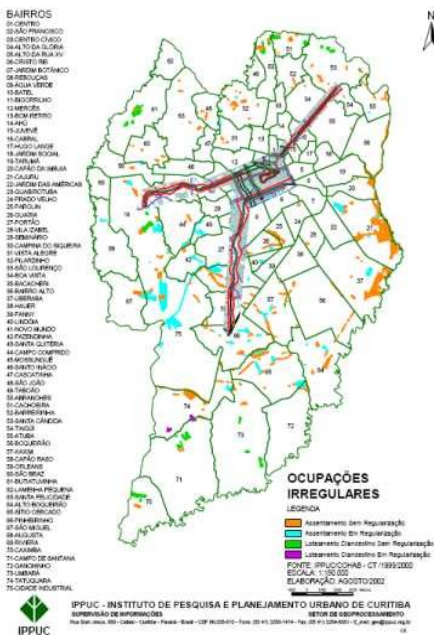


MAPA ATUAL, COM DESTAQUE PARA OS EIXOS ESTRUTURAIS EM VERMELHO (IPPUC, 2004)



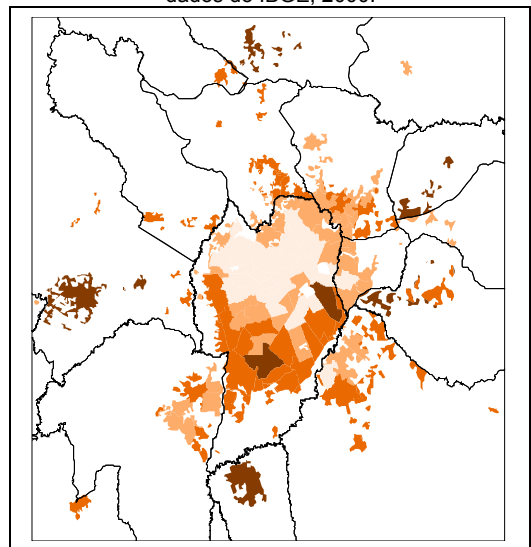
## IMAGEM II

Ocupações irregulares (IPPUC, 2000), com a inserção dos eixos estruturais por parte dos autores do artigo.



## IMAGEM III

Número de famílias pobres. IPARDES, 2005, com base em dados do IBGE, 2000.

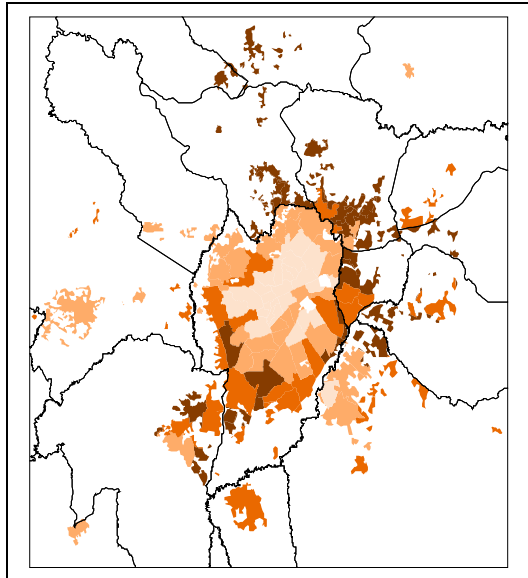


### número de famílias pobres

- < 500
- >= 500 a < 1000
- >= 1000 a < 2000
- >= 2000

## IMAGEM IV

Participação de pretos e pardos na população residente.  
IPARDES, 2005, com base em dados do IBGE, 2000.



### % de pretos e pardos

- < 10
- >= 10 a < 17,07 (percentual da RMC, incluindo Ctba)
- >= 17,07 a < 21,56 (percentual da RMC, excluindo Ctba)
- >= 21,56

## IMAGEM V

Conjuntos habitacionais de iniciativa pública ou mista em Curitiba, mapa do IPPUC/COHAB-CT com dados de 1998. Áreas em amarelo, conforme a legenda, são conjuntos construídos pela COHAB-CT, empresa municipal de habitação.

